

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	14.010.323	13.343.165	0,004%	14.465.837	13.120.941	0,004%	14.950.811	12.976.867	0,004%
Receitas Primárias (I)	13.921.440	13.258.514	0,004%	14.372.483	13.036.265	0,004%	14.853.227	12.892.167	0,004%
Despesa Total	14.010.323	13.343.165	0,004%	14.465.837	13.120.941	0,004%	14.950.811	12.976.867	0,004%
Despesas Primárias (II)	13.720.606	13.067.244	0,004%	15.586.151	14.137.099	0,004%	16.773.025	14.558.496	0,005%
Resultado Primário (I – II)	200.834	191.270	0,000%	(1.213.669)	(1.100.833)	0,000%	(1.919.799)	(1.666.329)	-0,001%
Resultado Nominal	343.253	326.907	0,000%	(220.574)	(200.067)	0,000%	62.289	54.065	0,000%
Dívida Pública Consolidada	665.055	633.386	0,000%	683.122	619.612	0,000%	692.836	601.362	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	(932.336)	(887.939)	0,000%	(1.152.911)	(1.045.724)	0,000%	(1.090.622)	(946.628)	0,000%

Fonte: Contabilidade

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subseqüentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

PREMISSAS E METODOLOGIA UTILIZADA

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios e os valores reestimados para o exercício atual, além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, crescimento da população e do movimento econômico, crescimento real das receitas transferidas, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação e crescimento real, quando cabível, das despesas com pessoal e demais custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o efeito do crescimento vegetativo da folha salarial e de eventual aumento salarial, acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Esses percentuais contemplam a expectativa de inflação e a projeção de crescimento real esperado das receitas municipais. As projeções de inflação e de crescimento do PIB seguem as perspectivas mensuradas pelo IBGE, conforme consta nos prognósticos do Governo Federal, formalizados no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para o exercício de 2017 e disponível para consulta no site www.planejamento.gov.br.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 407/2011. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetros a previsão de taxa de juros SELIC, utilizada pela união na elaboração de sua LDO para 2017, considerando-se, ainda, a previsão de operações de crédito no futuro e respectivas amortizações.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculadas levando-se em consideração a posição em 31/12/2015, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções:
 - 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2017, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 14.048.738,24.
 - 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 14.048.738,24.
 - 9.3 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 02.

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total RPPS	1.967.622	1.873.926	0,001%	2.169.059	1.967.400	0,001%	2.379.743	2.065.547	0,001%
Receitas Primárias RPPS (I)	1.967.622	1.873.926	0,001%	2.169.059	1.967.400	0,001%	2.379.743	2.065.547	0,001%
Despesa Total RPPS	826.397	787.045	0,000%	980.682	889.508	0,000%	1.178.034	1.022.499	0,000%
Despesas Primárias RPPS (II)	826.397	787.045	0,000%	980.682	889.508	0,000%	1.178.034	1.022.499	0,000%
Resultado Primário RPPS (I - II)	1.141.225	1.086.881	0,000%	1.188.376	1.077.892	0,000%	1.201.709	1.043.049	0,000%

Fonte:

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento a avaliação do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO 1 - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)

EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
	(a)			(b)			(c)		
Receita Total	12.042.701,32	11.469.239,35	0,00	12.296.778,39	11.153.540,49	0,00	12.571.067,80	10.911.319,68	0,00
Receitas Primárias (I)	11.953.818,29	11.384.588,85	0,00	12.203.424,06	11.068.865,36	0,00	12.473.484,01	10.826.619,80	0,00
Despesa Total	13.183.926,35	12.556.120,33	0,00	13.485.154,59	12.231.432,74	0,00	13.772.777,08	11.954.368,24	0,00
Despesas Primárias (II)	12.894.209,64	12.280.199,65	0,00	14.605.468,99	13.247.590,92	0,00	15.594.991,82	13.535.997,41	0,00
Resultado Primário (I - II)	-940.391,35	-895.610,81	-0,00	-2.402.044,92	-2.178.725,55	-0,00	-3.121.507,81	-2.709.377,61	-0,00

Fonte:

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I METAS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	15.303.498	0,005%	14.759.345	0,005%	(544.153)	-3,56%
Receita Primárias (I)	13.643.848	0,005%	13.238.632	0,005%	(405.216)	-2,97%
Despesa Total	15.303.498	0,005%	12.563.217	0,004%	(2.740.281)	-17,91%
Despesa Primárias (II)	14.708.498	0,005%	12.180.946	0,004%	(2.527.552)	-17,18%
Resultado Primário (I-II)	(1.064.650)	0,000%	1.057.686	0,000%	2.122.336	-199,35%
Resultado Nominal	(858.672)	0,000%	(1.554.530)	-0,001%	(695.858)	81,04%
Dívida Pública Consolidada	286.374	0,000%	167.878	0,000%	(118.496)	-41,38%
Dívida Consolidada Líquida	(2.621.814)	-0,001%	(1.825.878)	-0,001%	795.936	-30,36%

FONTE: Balanço de encerramento do exercício de 2014.

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2014	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %
Receita Total	14.287.491	15.303.498	7,11%	15.096.726	-1,35%	14.010.323	-7,20%	14.465.837	3,25%	14.950.811	3,35%
Receitas Primárias (I)	13.218.147	13.643.848	3,22%	13.617.001	-0,20%	13.921.440	2,24%	14.372.483	3,24%	14.853.227	3,34%
Despesa Total	14.287.491	15.303.498	7,11%	15.096.730	-1,35%	14.010.323	-7,20%	14.465.837	3,25%	14.950.811	3,35%
Despesas Primárias (II)	13.934.803	14.708.498	5,55%	14.448.730	-1,77%	13.720.606	-5,04%	15.586.151	13,60%	16.773.025	7,61%
Resultado Primário (I - II)	(716.656)	(1.064.650)	48,56%	(831.729)	-21,88%	200.834	-124,15%	(1.213.669)	-704,32%	(1.919.799)	58,18%
Resultado Nominal	-	(858.672)	0	-	-100,00%	343.253	0	(220.574)	-164,26%	62.289	62,289
Divida Pública Consolidada	-	286.374	0	-	-100,00%	665.055	0	683.122	2,72%	692.836	1,42%
Divida Consolidada Líquida	-	(2.621.814)	0	-	-100,00%	(932.336)	0	(1.152.911)	23,66%	(1.090.622)	-5,40%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2014	2015	Variação %	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %
Receita Total	15.739.902	16.031.944	1,86%	15.096.726	-5,83%	13.343.165	-11,62%	13.120.941	-1,67%	12.976.867	-1,10%
Receitas Primárias (I)	14.561.853	14.293.295	-1,84%	13.617.001	-4,73%	13.258.514	-2,63%	13.036.265	-1,68%	12.892.167	-1,11%
Despesa Total	15.739.902	16.031.944	1,86%	15.096.730	-5,83%	13.343.165	-11,62%	13.120.941	-1,67%	12.976.867	-1,10%
Despesas Primárias (II)	15.351.362	15.408.622	0,37%	14.448.730	-6,23%	13.067.244	-9,56%	14.137.099	8,19%	14.558.496	2,98%
Resultado Primário (I - II)	(789.509)	(1.115.327)	41,27%	(831.729)	-25,43%	191.270	-123,00%	(1.100.833)	-675,54%	(1.666.329)	51,37%
Resultado Nominal	-	(899.545)	-	-	-100,00%	326.907	-	(200.067)	-161,20%	54.065	-127,02%
Divida Pública Consolidada	-	300.005	-	-	-100,00%	633.386	-	619.612	-2,17%	601.362	-2,95%
Divida Consolidada Líquida	-	(2.746.612)	-	-	-100,00%	(887.939)	-	(1.045.724)	17,77%	(946.628)	-9,48%

Fonte:

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2017), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2014, 2015 e 2016), bem como para os dois seguintes (2018 e 2019), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Divida Pública Consolidada e Divida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2014, 2015 e 2016 foram extraídos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Divida Consolidada e Divida Consolidada Líquida, foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2018 e 2019, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	2.529.839,96	75,15%	1.936.035,79	76,53%	1.208.429,79	62,42%
Resultado do Exercício	836.500,00	24,85%	594.144,08	23,49%	727.606,00	37,58%
Resultado de Exerc. Anteriores	-	0,00%	(339,91)	-0,01%	-	0,00%
TOTAL	3.366.339,96	100,00%	2.529.839,96	100,00%	1.936.035,79	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	10.831.184,42	99,85%	9.717.322,52	89,72%	9.717.322,52	100,00%
Resultado do Exercício	16.353,57	0,15%	1.113.861,90	10,28%	-	0,00%
Resultado Exerc. Anterior	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	10.847.537,99	100,00%	10.831.184,42	100,00%	9.717.322,52	100,00%

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2013, 2014 e 2015), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 756/2005, está sobre a gestão do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensão, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2013 a 2015, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 9.717.322,52 em 31.12.2013 para R\$ 10.847.537,99 em 31.12.2015.

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2017**

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2015	2014	2013
RECEITAS DE CAPITAL	1.089,23	1.476,04	80.211,04
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	1.089,23	1.476,04	80.211,04
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	1089,23	1.476,04	80.211,04
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	-	-	-
TOTAL	1.089,23	1.476,04	80.211,04

DESPESAS EXECUTADAS	2015	2014	2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	670,84	62.499,98	14.559,03
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	670,84	62.499,98	14.559,03
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL	670,84	62.499,98	14.559,03
SALDO FINANCEIRO			
	5.046,46	4.628,07	65.652,01

FONTE: Contabilidade

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2013, 2014 e 2015).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<u>RECEITAS</u>	2013	2014	2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	630.028,60	1.106.900,69	1.460.651,05
RECEITAS CORRENTES	676.616,27	1.630.760,79	1.604.603,78
Receita de Contribuições dos Segurados	321.552,62	405.854,95	375.988,54
Pessoal Civil	321.552,62	405.854,95	375.988,54
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	10.995,26	8.968,40
Receita Patrimonial	355.063,65	1.212.959,03	1.218.319,87
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	951,55	1.326,97
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	951,55	1.326,97
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(46.587,67)	(523.860,10)	(143.952,73)
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	403.240,50	840.368,83	856.665,98
RECEITAS CORRENTES	403.240,50	840.368,83	856.665,98
Receita de Contribuições	387.534,88	840.368,83	856.665,98
Patronal	387.534,88	840.368,83	856.665,98
Pessoal Civil	387.534,88	840.368,83	856.665,98
Pessoal Militar	-	-	-
Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	15.705,62	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	1.033.269,10	1.947.269,52	2.317.317,03

<u>DESPESAS</u>	2013	2014	2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	403.240,50	546.250,92	702.214,47
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
PREVIDÊNCIA	403.240,50	546.250,92	702.214,47
Pessoal Civil	387.534,88	520.251,40	653.162,94
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	15.705,62	25.999,52	49.051,53
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	15.705,62	25.999,52	49.051,53
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	403.240,50	546.250,92	702.214,47
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	630.028,60	1.401.018,60	1.615.102,56

<u>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u>	2013	2014	2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-	-	-
Plano Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Plano Previdenciário	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	727.606,00	594.144,08	836.500,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	7.362.317,35	9.238.154,42	10.852.506,68

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo V – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2013, 2014 e 2015.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo XIII – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2015.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
 Exercício de 2017

AMF – Tabela 7 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2016	808.943,26	205.354,76	603.588,50	4.545.006,49
2017	812.116,69	226.510,26	585.605,73	5.403.312,62
2018	818.463,55	268.823,36	549.640,19	6.277.151,57
2019	821.636,98	289.979,56	531.657,42	7.185.438,08
2020	824.810,41	311.135,70	513.674,65	8.130.239,02
2021	834.330,70	374.604,36	459.726,34	9.077.779,71
2022	840.677,56	416.916,76	423.760,80	10.046.207,29
2023	843.850,99	438.072,96	405.778,03	11.054.757,76
2024	869.238,43	607.322,56	261.915,87	11.979.959,10
2025	888.279,01	734.259,76	154.019,25	12.852.775,90
2026	900.972,73	818.884,56	82.088,17	13.706.030,63
2027	913.666,45	903.509,36	10.157,09	14.538.549,56
2028	923.186,74	958.891,96	(35.705,22)	15.375.157,32
2029	932.707,03	1.022.360,56	(89.653,53)	16.208.013,23
2030	948.574,18	1.128.141,56	(179.567,38)	17.000.926,65
2031	954.921,04	1.170.453,96	(215.532,92)	17.805.449,33
2032	964.441,33	1.233.922,56	(269.481,23)	18.604.295,06
2033	965.312,36	1.239.729,40	(274.417,04)	13.446.135,73
2034	974.832,65	1.303.198,00	(328.365,35)	20.284.538,52
2035	981.179,51	1.345.510,40	(364.330,89)	21.137.297,94
2036	981.179,51	1.345.510,40	(364.330,89)	22.041.185,85
2037	981.179,51	1.345.510,40	(364.330,89)	22.999.326,11
2038	974.832,65	1.303.198,00	(328.365,35)	24.050.920,32
2039	971.659,22	1.282.041,80	(310.382,58)	25.183.592,96
2040	968.485,79	1.260.885,60	(292.399,81)	26.402.208,73
2041	958.965,50	1.197.417,00	(238.451,50)	27.747.889,75
2042	958.965,50	1.197.417,00	(238.451,50)	29.174.311,64
2043	962.138,93	1.218.573,20	(256.434,27)	30.668.336,06
2044	936.751,49	1.049.323,60	(112.572,11)	32.395.864,12
2045	920.884,34	943.542,60	(22.658,26)	34.316.957,70
2046	914.537,48	901.230,20	13.307,28	36.389.282,45
2047	905.017,19	837.761,60	67.255,59	38.639.894,98
2048	898.670,33	795.449,20	103.221,13	41.061.509,81
2049	895.496,90	774.293,00	121.203,90	43.646.404,30
2050	882.803,18	689.668,20	193.134,98	46.458.323,53
2051	879.629,75	668.512,00	211.117,75	49.456.940,70
2052	873.282,89	626.199,60	247.083,29	52.671.440,43
2053	873.282,89	626.199,60	247.083,29	56.078.810,14
2054	863.762,60	562.731,00	301.031,60	59.744.570,35
2055	876.456,32	647.355,80	229.100,52	63.558.345,09

2056	892.323,47	753.136,80	139.186,67	67.511.032,47
2057	901.843,76	816.605,40	85.238,36	71.646.932,77
2058	914.537,48	901.230,20	13.307,28	75.959.056,02
2059	924.057,77	964.698,80	(40.641,03)	80.475.958,35
2060	933.578,06	1.028.167,40	(94.589,34)	85.209.926,51
2061	949.445,21	1.133.948,40	(184.503,19)	90.138.018,91
2062	949.445,21	1.133.948,40	(184.503,19)	95.361.796,85
2063	958.965,50	1.197.417,00	(238.451,50)	100.845.053,17
2064	965.312,36	1.239.729,40	(274.417,04)	106.621.339,21
2065	974.832,65	1.303.198,00	(328.365,35)	112.690.254,32
2066	981.179,51	1.345.510,40	(364.330,89)	119.087.338,69
2067	981.179,51	1.345.510,40	(364.330,89)	125.868.248,12
2068	981.179,51	1.345.510,40	(364.330,89)	133.056.012,12
2069	974.832,65	1.303.198,00	(328.365,35)	140.711.007,50
2070	971.659,22	1.282.041,80	(310.382,58)	148.843.285,37
2071	968.485,79	1.260.885,60	(292.399,81)	157.481.482,68
2072	958.965,50	1.197.417,00	(238.451,50)	166.691.920,14
2073	958.965,50	1.197.417,00	(238.451,50)	176.454.983,84
2074	965.312,36	1.239.729,40	(274.417,40)	186.767.865,83
2075	971.659,22	1.282.041,80	(310.382,58)	197.663.555,20
2076	955.792,07	1.176.260,80	(220.468,73)	209.302.899,79
2077	949.445,21	1.133.948,40	(184.503,19)	221.676.570,58
2078	939.924,92	1.070.479,80	(130.554,88)	234.846.609,94
2079	933.578,06	1.028.167,40	(94.589,34)	248.842.817,19
2080	930.404,63	1.007.011,20	(76.606,57)	263.696.779,65
2081	917.710,91	922.386,40	(4.675,49)	279.513.910,94
2082	914.537,48	901.230,20	13.307,28	296.298.052,88
2083	908.190,62	858.917,80	49.272,82	314.125.208,87
2084	908.190,62	858.917,80	49.272,82	333.219.894,22
2085	898.670,33	795.449,20	103.221,13	353.106.535,00
2086	911.364,05	880.074,00	31.290,05	374.324.217,15

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo IX (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2013
Aumento Permanente da Receita	(477.546,83)
Decorrente de Receitas Tributárias	105.923,74
Decorrente de Transferências Correntes	(583.470,57)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	33.406,74
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(444.140,09)
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	(444.140,09)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	1.378.562,92
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	1.331.005,63
Relativas a Outras Despesas Correntes	47.557,29
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	SEM MARGEM

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento. Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2017 considerou-se a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes no biênio 2015-2016.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2017, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2015-2016 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Neste caso a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, não poderá ser utilizada pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado em 2017, observado o disposto no art. 17 da LDO.

Município de : Santo Antônio do Planalto
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2017

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	-		
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	-		
Outros Passivos Contingentes	25.000,00	Intempéries Climáticas	25.000,00
SUBTOTAL	25.000,00	SUBTOTAL	25.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Intempéries Climáticas	25.000,00	Reserva de Contingência	25.000,00
SUBTOTAL	25.000,00	SUBTOTAL	25.000,00
TOTAL	50.000,00	TOTAL	50.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

MEMORIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS - LDO PARA 2017

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	REALIZADO						PROJETADO			Valores em R\$ 1,00 PROJETADO
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019			
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	12.318.995,19	14.199.595,66	14.862.075,52	15.953.788,96	14.802.790,72	15.230.199,99	15.674.684,16			
1.1.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	748.324,84	664.988,61	890.848,87	797.228,32	948.309,66	1.138.429,33	1.318.144,50			
1.2.0.0.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	397.307,07	483.246,89	500.299,94	570.000,00	554.779,05	606.267,84	659.581,32			
1.2.0.0.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	80.066,07	77.391,94	124.311,40	110.000,00	113.779,05	120.065,34	126.095,62			
1.2.0.0.00.00.00	Receita de Contribuições - K P P S (Fonte 0050)	311.235,00	405.854,95	375.988,54	400.000,00	441.000,00	486.202,50	533.485,69			
1.3.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	355.063,65	1.267.297,11	1.308.468,38	1.479.725,00	83.711,25	87.896,81	91.852,17			
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	355.063,65	1.267.297,11	1.308.468,38	1.479.725,00	83.711,25	87.896,81	91.852,17			
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - P M	30.987,69	54.338,08	90.148,51	79.725,00	83.711,25	87.896,81	91.852,17			
1.3.2.0.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - R P P S (Fonte 0050)	355.063,65	1.212.959,03	1.218.319,87	1.400.000,00	-	-	-			
1.3.9.0.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-			
1.4.0.0.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	-	-	-	-	-	-	-			
1.5.0.0.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	3.266,99	-	-	-	-	-	-			
1.6.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-			
1.6.0.0.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	13.219,94	13.336,14	16.536,24	12.200,00	12.619,13	13.316,34	13.985,15			
1.7.0.0.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	10.659.847,34	11.620.593,69	12.062.179,81	13.057.258,43	13.097.477,25	13.272.544,62	13.473.763,58			
1.9.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	147.971,42	150.133,22	83.742,28	102.377,21	105.894,38	111.745,04	117.357,44			
1.9.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	147.971,42	150.133,22	83.742,28	97.377,21	100.722,60	106.287,53	111.625,82			
1.9.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S (Fonte 0050)	-	-	-	5.000,00	5.171,78	5.457,52	5.731,62			
2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	616.903,26	971.001,76	1.208.578,22	5.000,00	5.171,78	5.457,52	5.731,62			
2.1.0.0.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	-	493.592,29	206.407,71	-	-	-	-			
2.2.0.0.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	1.476,04	1.089,23	503,07	-	-	-	-			
2.3.0.0.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	4.453,70	3.336,68	5.333,87	5.000,00	5.171,78	5.457,52	5.731,62			
2.4.0.0.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	610.973,52	472.983,56	996.333,57	-	-	-	-			
2.5.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-			
7.2.1.0.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS (Fonte 0050)	840.368,83	1.074.143,13	856.665,98	1.380.000,00	1.521.450,00	1.677.398,63	1.840.525,64			
9.0.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.294.149,14)	(2.133.801,80)	(2.167.974,61)	(2.242.063,32)	(2.319.089,41)	(2.447.219,10)	(2.570.130,67)			
	TOTAL DA RECEITA	11.482.118,14	12.230.338,28	14.759.345,11	15.096.725,64	14.010.323,09	14.465.837,03	14.950.810,75			

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	LIQUIDADO		LIQUIDADO		REESTIMADO		PROJETADO		PROJETADO	
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019			
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	8.785.540,20	10.636.251,59	11.133.743,77	12.943.628,82	14.960.151,32	17.166.663,69	19.902.505,58			
3.1.00.00.00.00.00	DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS	5.526.915,33	6.948.858,73	7.483.158,05	8.104.900,00	9.907.700,91	11.807.500,53	14.244.960,19			
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	6.078.874,70	6.375.605,17	6.829.995,11	7.454.900,00	9.113.119,17	10.860.557,90	13.102.537,19			
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S (Fonte 0050)	243.642,98	573.253,56	653.162,94	650.000,00	794.581,75	946.942,63	1.142.422,99			
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	10.669,03	21.916,03	14.498,40	83.000,00	9.000,00	10.584,00	12.387,51			
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Divida RPPS (Fonte 0050)	33.666,22	21.916,03	14.498,40	83.000,00	9.000,00	10.584,00	12.387,51			
3.2.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-			
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.499.772,39	3.665.476,83	3.636.087,32	4.755.728,82	5.043.450,41	5.348.579,16	5.645.157,88			
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.499.772,39	3.636.087,32	3.587.035,79	4.725.728,82	5.011.635,41	5.314.839,36	5.609.547,20			
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS (Fonte 0050)	-	29.389,51	49.051,53	30.000,00	31.815,00	33.739,81	35.610,68			
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.684.490,63	1.439.978,95	1.429.473,12	1.833.100,82	(1.181.873,17)	(1.513.314,75)	(3.051.487,97)			
4.0.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.357.520,08	1.109.207,31	1.061.700,59	1.263.100,82	(1.230.544,94)	(1.569.928,27)	(3.117.092,57)			
4.0.00.00.00.00.00	Investimentos	1.357.520,08	1.109.207,31	1.061.700,59	1.263.100,82	(1.230.544,94)	(1.569.928,27)	(3.117.092,57)			
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS (Fonte 0050)	-	-	-	-	-	-	-			
4.5.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	-	-	-	5.000,00	5.171,78	5.457,52	5.731,62			
4.5.00.00.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	5.000,00	5.171,78	5.457,52	5.731,62			
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-			
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	326.970,55	330.771,64	367.772,53	565.000,00	43.500,00	51.156,00	59.872,98			
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	320.000,00	(909.180,10)	(2.375.888,11)	(3.101.916,14)			
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	-	-	-	#REF!	1.141.225,03	1.188.376,20	1.201.709,28			
	TOTAL DA DESPESA	10.470.030,83	12.076.230,54	12.563.216,89	15.096.729,64	14.010.323,09	14.465.837,03	14.950.810,75			